

Normalização técnica e MPE: um caminho SEM VOLTA

*Marcia Cristina de Oliveira¹

A normalização técnica teve seu maior impulso no início do século passado, com a criação, em 1906, da Comissão Internacional para normalização no campo da eletricidade (*International Electrotechnical Commission* – IEC). Na época a preocupação era registrar os grandes avanços tecnológicos no assunto, tanto assim que o primeiro presidente dessa Comissão foi Lord Kelvin, o grande descobridor do zero absoluto na escala de temperatura que leva o seu nome: escala Kelvin.

Outro grande momento para a normalização deu-se após a 2ª Grande Guerra Mundial, quando os países arrasados, com recursos escassos, pouca mão de obra e matéria prima, precisava produzir aproveitando ao máximo tudo o que restava. Foi então que surgiu, em 1947, a Organização Internacional de Normalização (*International Organization for Standardization* – ISO) para cuidar dos demais temas não cobertos pela IEC.

No Brasil, a normalização tinha começado em 1940 com a criação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), motivada pela necessidade de se resolver problemas relacionados ao setor da construção civil. Vivíamos, na época, o início de grandes construções e os empresários necessitavam também racionalizar seus poucos recursos, principalmente os recursos humanos com conhecimento técnico. Por isso a necessidade de compartilhar o conhecimento estabelecendo Normas Brasileiras.

Nos anos que se seguiram, a ABNT criou seus primeiros Comitês Técnicos, todos ligados aos grandes temas das engenharias. O primeiro Comitê Brasileiro foi o de mineração e metalurgia (ABNT/CB-01), sendo criados na sequência o de construção civil (ABNT/CB-02), o de eletricidade (ABNT/CB-03), até o de cimento, concreto e agregados (ABNT/CB-18)².

Mas as coisas mudaram... a primeira grande mudança veio com a preocupação da normalização técnica com os aspectos de gestão da qualidade (final da década de 80), depois com o meio ambiente (meados da década de 90). Daí para tratar de temas ligados às pessoas e aos aspectos sociais foi um pulo. E essa mudança não ficou restrita à normalização técnica.

As grandes empresas também passaram por grandes mudanças. Começaram a trabalhar com a chamada “terceirização”. E é a partir deste momento que entram em ação nossos grandes empresários, com suas micro e pequenas empresas (MPE).

A partir do entendimento do governo da força e importância dessa nova modalidade de empresas e com a criação de vários mecanismos e entidades de apoio a esses empresários, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), se pode ver o gigante Brasil levantar-se e mover-se rumo ao desenvolvimento.

Entretanto, o processo de elaboração de normas técnicas, que é todo baseado em participação voluntária de especialistas nos assuntos objeto da normalização, não era conhecido pelas MPE. Estas realizavam seus trabalhos seguindo os procedimentos ditados por seus clientes ou, em muitos casos, seguindo os “instintos” de seus empresários. Por outro lado, em face deste afastamento, as normas técnicas continuavam sendo estabelecidas sem o entendimento correto das necessidades das MPE.

Diante deste cenário e percebendo a necessidade previamente de envolvimento das MPE na normalização, a ABNT e o Sebrae firmaram convênio em 2007. Esta parceria visava, principalmente, promover o envolvimento das MPE com a normalização, apoiando a aquisição de normas e a participação nas Comissões de Estudo da ABNT³.

Foi essa importante parceria que nos permitiu entender que as MPE desconheciam as normas e, portanto, não sabiam de quais normas precisavam. Também não sabiam como, quando, onde e por quem essas normas eram feitas. Sendo assim não adiantava darmos o que não queriam e promover participação no que desconheciam.

Aos poucos foi sendo ampliado o entendimento entre as partes sobre as necessidades de cada uma. O processo de normalização passou a considerar as necessidades das MPE e estas passaram a entender a importância de acompanhar o desenvolvimento de normas.

Com isso passou-se, por exemplo, a realizar reuniões de Comissões de Estudo em polos específicos com reuniões em horários alternativos. Em um dos casos, a Comissão de Estudo de Folheados de Ouro teve sua reunião de instalação realizada em Limeira, às sete horas da noite. Isto pelo entendimento de que os empresários não poderiam viajar até São Paulo para uma reunião durante o dia, pois teriam que deixar sua loja fechada ou sua empresa sem produzir.

Ou seja, descobrimos que o empresário de MPE é o cara! Sem ele, muitas vezes, a empresa não funciona. É ele quem domina a tecnologia de seu negócio e quem melhor pode contribuir no estabelecimento de norma técnica sobre o assunto.

Atualmente, contamos com várias Comissões de Estudo que foram criadas por demanda apresentada por MPE. Vários são os casos de sucesso relatados por empresários que viram sua MPE crescer e aparecer para o mercado, pelo fato de ter participado do processo de normalização ou por ter aplicado a norma certa para o seu produto ou serviço.

Para os que ainda não conhecem a parceria, no portal da MPE podem ser encontrados vários resultados que, com certeza, auxiliarão no entendimento da importância dessa união feliz: normalização técnica e MPE.

¹Engenheira eletricista, pelo CEFET/RJ; Gerente de Planejamento e Projetos da ABNT.

²Atualmente conta com cerca de 200 Comitês Técnicos. Relação disponível em http://abnt.iso.org/livelihood/livelihood/fetch/2000/2827/Comit%C3%AAAs_T%C3%A9cnicos_-_%C3%82mbito_de_atua%C3%A7%C3%A3o.html?nodeid=6873132&vernum=0

³Grupo de especialistas representantes das partes interessadas que, por consenso, elaboram as Normas Brasileiras. <http://portalmp.abnt.org.br/>